



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGÜI**

CNPJ 46.151.718/0001-80



Edital nº 48/2012

Pregão Presencial nº 50/2012

**Objeto:** Registro de Preços para aquisição de material de enfermagem, destinados à Secretaria de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.

### **JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO FORMULADA PELA NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.**

#### **Preliminarmente**

O presente julgamento se reporta à Impugnação ao Edital do processo licitatório n.º 50/2012, na modalidade Pregão Presencial, que tem por objeto a “Registro de Preços para aquisição de material de enfermagem, destinados a Secretaria de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.”

#### **No mérito**

Discordando dos termos do Edital em epígrafe, a impugnante, tempestivamente, requereu provimento no sentido de ser excluída a exigência da Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição, conforme RDC nº 354 de 23 de dezembro de 2002, da cláusula 6.12.5, quanto aos itens cotados.

Sustenta a impugnante, em síntese, que essa exigência afrontaria o caráter competitivo do procedimento licitatório, por não ser razoável, segundo ela, prever em Edital, a apresentação de Certificado de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGÜI

CNPJ 46.151.718/0001-80



Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA- **como critério para habilitação.**

Sustenta ainda, que, por força da Portaria 2814/98 não existe qualquer previsão para exigência de Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição por parte das distribuidoras de medicamentos e correlatos.

Entretanto, a petição protocolizada em 24/04/2012 não foi acompanhada de qualquer procuração ou estatuto que indicasse os poderes de representação de seu signatário. De qualquer modo, ante a disposição de prazo para saneamento dessa falta e para uma possível renovação da impugnação, aborda-se, a seguir, o mérito da controvérsia.

*Com a devida vênia, não prospera a manifestação da impugnante.*

Primeiramente, a exigência em questão não deverá ser atendida na fase de habilitação. Pelo contrário, as cláusulas editalícias foram pautadas pela Súmula nº 14 do TCESP, transcrita abaixo:

***SÚMULA Nº 14 - Exigências de comprovação de propriedade, apresentação de laudos e licenças de qualquer espécie só são devidas pelo vencedor da licitação; dos proponentes poder-se-á requisitar tão somente declaração de disponibilidade ou de que a empresa reúne condições de apresentá-los no momento oportuno.***



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGÜI

CNPJ 46.151.718/0001-80



Na verdade, de modo coerente com a citada súmula, na cláusula 6.12, combinada com a cláusula 6.12.5, o edital exige tão somente declaração de disponibilidade de apresentar o certificado de boas práticas quando a licitante for vencedora do certame. Ou seja, a afirmação de que o certificado é exigido logo na fase de habilitação não é verdadeira. Ele será exigido apenas do vencedor.

Além disso, a ausência de autorização legal alegada pela impugnante também não subsiste. O certificado impugnado não consiste em certificado de qualidade emitido por firmas particulares de auditoria independente, mas sim é autorizado pelo Direito Sanitário. Nesse aspecto, a exigência não é afastada pela súmula nº 17 do TCESP, reproduzida abaixo:

***SÚMULA N.º 17 – Em procedimento licitatório, não é permitido exigir-se, para fins de habilitação, certificações de qualidade ou quaisquer outras não previstas em lei.***

A previsão legal se depreende da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que no subitem dos itens 4.3 e 7.3 da tabela do Anexo II da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, prevê como competência da ANVISA a concessão do Certificado de Cumprimento de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição para as empresas da área de produtos de saúde.

Aliás, se este órgão não exigisse o Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição, seus contratos estariam infringindo os incisos IV, XXXVI e XXXVIII do art. 10º da Lei 6.437/77.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGÜI**

CNPJ 46.151.718/0001-80



Enfim, se tal certificação está prevista na legislação, respeitadas estão as Súmulas nº 14 e 17 do TCESP. Ademais, a exigência da cláusula 6.12 não se destina à habilitação, mas consiste em requisito para a assinatura da ata de registro de preços. Ou seja, será exigido apenas do vencedor.

Quanto à Portaria 2814/98, esclarece-se que a Administração esta se baseando em uma Resolução mais recente que é a RDC nº 354, de 23 de dezembro de 2002 que adotou o seguinte:

**Art. 1º Aprovar e instituir o " Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição para Produtos para a Saúde - "CBPADPS", conforme modelo disponível no site da ANVISA.**

**Parágrafo único. Os produtos para a saúde referidos neste artigo são os produtos definidos como "correlatos" na Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e no Decreto nº 79.094, de 5 de janeiro de 1977.**

**Art. 2º A ANVISA emitirá o Certificado de BPADPS, quando solicitado pela empresa que importa, armazena e distribui produtos para saúde.**

**Parágrafo único. A concessão do Certificado de que trata este artigo dependerá da verificação, pela autoridade competente, do cumprimento das BPADPS pela empresa solicitante.**



**Art. 3º O Certificado de BPADPS concedido pela ANVISA será cancelado quando ficar comprovada irregularidade que configure infração à legislação sanitária, praticada pelo estabelecimento.**

Ou seja, de fato não haveria como a Portaria 2814/98 contemplar o Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição, pois este foi regulado em norma cronologicamente posterior. Evidencia-se, portanto, que tal exigência não fere a legislação, conforme supôs a impugnante.

Quanto a alegação a que no edital não menciona especificamente se o documento de ser extraído da Anvisa e/ou publicado no Diário Oficial da União, esta bem claro no item 6.12.5:

**6.12.5 – Apresentar o Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição, conforme RDC nº 354 de 23 de dezembro de 2000, para produtos para Saúde, expedida pela ANVISA referente ao itens contantes do ANEXO I; itens.....**

Em todo caso, se a forma com que o certificado é expedido validamente pela ANVISA se trata de publicação no DOU, a apresentação nessa forma não prejudicará a participação no certame, logicamente. A exigência do Certificado tem uma razão muito simples: os produtos médicos, por sua própria natureza, exigem um controle de qualidade e armazenagem muito mais elevado do que os produtos de outras áreas, justamente para que não ponham em risco a saúde dos consumidores.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGÜI**

CNPJ 46.151.718/0001-80



Admitir o contrário é defender a ideia de que os produtos médicos não teriam que obedecer a padrões mínimos de qualidade e armazenagem, pouco importando a saúde dos consumidores, em favorecimento exclusivamente de interesses de ordem privatística, privilegiando no processo licitatório o preço final do produto em detrimento da saúde pública, o que é um absurdo, até mesmo porque, ao falar em proposta mais vantajosa, a lei 8.666/93, não se refere exatamente à proposta de menor preço, mas àquela que atenda de forma mais satisfatória que as demais as necessidades da administração.

Por fim, salienta-se que o Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição pode ser requerido e concedido a qualquer empresa, os critérios são únicos, padronizados e de conhecimento público, conforme disponibilizado no site oficial da ANVISA.

Portanto, trata-se de exigência que se encontra ao acesso de todas as empresas, não havendo que se falar em restrição à competitividade ou privilégio. O que se busca privilegiar com a presente exigência é, tão somente, a saúde dos cidadãos que fazem uso do sistema público de saúde.

O fato de algumas empresas não possuírem o referido certificado não dá à sua exigência no edital de licitação o colorido de ofensa à competitividade e à isonomia, haja vista tratar-se de documento ao alcance de todas as empresas.

### **DA DESCISÃO:**

Diante disso, não acolho os argumentos lançados pela NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., com fulcro na fundamentação



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGÜI**

CNPJ 46.151.718/0001-80



acima e julgo IMPROCEDENTE a impugnação ao Edital.

Notifique-se a Impugnante acerca dessa decisão e divulgue-se seu inteiro teor na INTERNET, em atendimento ao princípio da publicidade (37, caput, Constituição Federal).

Birigui, 25 de abril de 2012.

**BERNADETE FERRETE FÁVERO**

Pregoeira Oficial